

Comissão da Verdade JORNALISTAS/SC

RELATÓRIO FINAL



Apresentação

Com o objetivo de contribuir com os propósitos da Lei 12.528, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, criando, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, e comprometida com a luta pela valorização dos direitos humanos, a Federação Nacional dos Jornalistas instalou, durante o 35º Congresso Nacional da categoria, realizado em Rio Branco (AC), de 7 a 10 de novembro de 2012, a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros.

A necessidade de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, bem como de identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática destas violações ocorridos no período estipulado são fundamentais para o reencontro do país com sua história e para que se possa propor a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurando sua não repetição.

Neste contexto, a categoria profissional dos jornalistas foi uma das mais atingidas com os crimes de Estado cometidos no regime ditatorial. Para além das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos, muitos profissionais perderam seus empregos e direitos civis, foram submetidos à clandestinidade ou ao exílio, indiciados em processos, resistiram à censura e foram alvo da repressão pela própria natureza de sua função de garantir à sociedade o direito à informação com qualidade.

Recuperar a verdade e assegurar o direito à memória e à justiça dos jornalistas vítimas da ditadura são os objetivos da Comissão Nacional instituída pela FENAJ, em trabalho articulado com as comissões que os jornalistas criaram em vários estados. Neste sentido, pretendeu-se receber testemunhos, informações, dados e documentos, requisitá-los aos órgãos e entidades do poder

público, promover audiências públicas, entre outras atividades.

Como parte deste trabalho, a Comissão da Memória, Verdade e Justiça dos Jornalistas de Santa Catarina foi instalada em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC - em 5 de dezembro de 2012. Na ocasião participaram como palestrantes o coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ex-presos políticos, Gilney Viana, o deputado estadual Amauri Soares, o jornalista e escritor Paulo Markun, que relatou sua prisão no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog, no DOI CODI em São Paulo, e o advogado e membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Prudente José Silveira de Mello. No encerramento da audiência, foi definida a CMVJ/SC, composta pelos jornalistas Elaine Borges, Celso Martins, Leonel Camasão, Paulo Lehmkuhl Vieira e pelo advogado Prudente Mello.

Ainda no final de 2012, na sede do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, foram traçadas as ações da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC para coleta de dados, informações e relatos de profissionais vitimados pela ditadura militar. A primeira etapa foi um levantamento preliminar de dados e entrevistas. Posteriormente a CMVJ/SC formalizou Acordo de Cooperação Recíproca com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, buscando acesso a informações oficiais. Em 28 de outubro de 2014, em solenidade de abertura da 88ª Caravana da Anistia, durante o 1º Congresso Internacional de Direitos Humanos, em Florianópolis, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entregou oficialmente o relatório de suas investigações no que concernia aos jornalistas de Santa Catarina (**Anexo I**).

As informações obtidas neste processo de investigações sobre os jornalistas atuantes em Santa Catarina atingidos por ações da ditadura militar são relatadas a seguir e compõem um quadro parcial de um período histórico que deve ser repudiado por todos os defensores das liberdades democráticas e dos direitos humanos. Tal período não deve ser esquecido, para que nunca mais se repita, como também para que impunidade dos agentes da repressão não seja admitida, sob pena de se premiar os autores de crimes de lesa-humanidade.

Reprodução: Assessoria CESUSC

Foto: Solon Soares – Agência ALESC



A história de um país deve ser contada com verdade e justiça!

Uma chaga ainda aberta

O caso mais emblemático dos anos de chumbo envolvendo personagens de Santa Catarina foi o do jornalista e sociólogo Ruy Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, natural de Orleans, no Sul do estado. Ele foi preso pelo DOI-CODI de São

Reprodução: revolucaosocialista.com



Paulo em 15 de abril de 1972 e sua morte está registrada oficialmente como em 20 de abril do mesmo ano. O laudo oficial diz que Ruy morreu “em tiroteio com forças de segurança” e que a causa da morte foi “anemia aguda traumática”. Ele foi enterrado como indigente no cemitério de Perus (SP). Posteriormente sua família conseguiu resgatar e transladar o corpo de Ruy para sua terra natal.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC recebeu um depoimento (**ANEXO II**) escrito pelo irmão mais velho de Ruy, Rudney Otto Pfützenreuter, que reside em Florianópolis. Ele o concedeu com a condição de nada ser alterado. No relato, manifesta simpatia à ditadura militar e divergência com a militância de esquerda de Ruy, a quem tentou fazer com que se desligasse da militância política. “Reprovo totalmente a brutalidade, mas, convenhamos, está comprovado, se não fosse a Revolução de 64 o Brasil teria virado uma republiqueta comunista, a intenção dos esquerdistas, ou ainda, conforme rumores correntes na época, a ideia principal era fazer da América do Sul uma União Soviética”, diz no documento.

Também deixa claro que suas considerações não são unanimidade na família. “Para ser franco, eu não gosto de tocar neste assunto, até porque o tema torvou os laços sagrados entre nós, irmãos”. Em contato com um dos membros da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC, ele revelou que sequer quis se envolver com o processo encaminhado pela família à Comissão de Anistia e dos recursos da indenização.

Alguma coisa está fora da ordem

Fato é que as exatas circunstâncias do assassinato de Ruy não foram elucidadas. A versão da ditadura é contradita por uma

fotografia obtida pela família do jornalista, onde são perceptíveis hematomas e escoriações não registrados no laudo do Instituto Médico Legal.

Em depoimento (disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338237>) à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em audiência pública realizada no dia 23 de setembro de 2013, o ex-preso político Sebastião Neto sustenta que a foto, constante no processo do Supremo Tribunal Militar, mostra um esmagamento da cabeça possivelmente provocado por fortes pancadas.

Outro irmão de Ruy, Rogério Pfützenreuter, prossegue na árdua luta travada pelo pai, Osvaldo, pela elucidação dos fatos e promoção da Justiça. Na mesma audiência, além de informar que a indenização ganha pela família seria usada na elaboração de um livro sobre Ruy, para que “sirva de estímulo às novas gerações e a humanidade possa se encontrar consigo mesma no caminho do socialismo”, Rogério autorizou a Comissão a incluir o nome de seu irmão no processo em tramitação para que vários atestados de óbito sejam retificados com o acréscimo da expressão “sob tortura no 2º Exército”.

No **Anexo III** constam outros registros sobre Ruy Pfützenreuter. Quem tiver informações sobre sua trajetória e se disponibilizar a repassá-las pode entrar em contato com a família ligando para (41) 9974-6061, ou enviando mensagem para rogpf@terra.com.br.

Reprodução: comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2013/03/24/voce-conheceu-o-ru/



COMITÊ CARLOS DE RE

Comitê Gaúcho da Verdade, Memória e Justiça

VOCÊ CONHECEU O RUI?

Revelar o Udo da Memória, um período de apátrida e de violência política em Florianópolis

02/08/2013 09:00



02/08/2013 09:00

Ex-presos políticos: a reparação repara?

Em meados de 2013 a CMVJ/SC teve acesso ao Relatório das Atividades da Comissão Especial de Indenização aos Ex-presos Políticos do Estado de Santa Catarina (**ANEXO IV**), instituída pelo Ato nº 571, de 15 de abril de 1998, do então governador Paulo Afonso Vieira. Após um prazo de 60 dias, a Comissão Especial recebeu 415 requerimentos de indenização, dos quais 277 apresentados por ex-presos políticos e 138 por dependente de ex-presos políticos.

Foram deferidos 315 processos, dentre eles todos os 5 referentes aos seguintes jornalistas:

1 - Francisco José Pereira

Natural de Florianópolis, exerceu mais frequentemente o jornalismo nas décadas de 1950 e 1960, no Diário da Tarde (1952 a 1955), no semanário O Invicto (1953 a 1954), jornal Unidade (1959-1963) e Folha Catarinense (1963 a 1964, quando a gráfica foi destruída após o golpe militar). Militou no movimento estudantil catarinense e, após sua formatura em Direito em 1969, dedicou-se à advocacia trabalhista em Criciúma e em Blumenau. Era membro da Executiva Estadual do PCB quando foi preso em 1º de abril de 1964, ficando detido por sete meses no Quartel da Polícia Militar do Paraná.

Reprodução: Blog Varal do Brasil



Condenado a 12 anos de reclusão, conseguiu fugir e viveu no exílio por 15 anos. Retornou ao Brasil em 1980, após a edição da Lei de Anistia. Faleceu em 2 de julho de 2012.

2 - Neri Clito Vieira

Jornalista e coronel da reserva da Polícia Militar de Santa Catarina, foi uma das vozes destoantes na corporação no período do golpe militar de 1964 ao liderar um movimento por melhores salários. Após algumas prisões, teve a patente de capitão cassada pelo governador Celso Ramos. Mais tarde entrou com ação na Justiça e conquistou sua reintegração no início dos anos de 1980. Foi uma das referências do chamado "MDB histórico" em Santa Catarina.

Arquivo da família



Foi editor da revista "Vento Sul", Secretário de Imprensa no governo de Casildo Maldaner e diretor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC). Faleceu em 1999.

3 - Salim Miguel

Jornalista e escritor nascido no Líbano, veio para o Brasil em 1927, com 3 anos de idade, residindo inicialmente no Rio de Janeiro e depois em Santa Catarina, onde sua família se fixou. Entre outras atividades jornalísticas, trabalhou na Bloch Editores, colaborou com o Jornal do Brasil e foi editor da revista Ficção. Integrou o movimento cultural conhecido como Grupo Sul, que se desenvolveu de 1947 a 1957 e destaca-se no meio literário catarinense e brasileiro, com 30 livros publicados e diversos premiações, entre elas o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (2009), pelo conjunto de sua obra. Ficou preso 48 dias (de 2 de abril a 20 de maio de 1964) no Quartel da Polícia Militar de Florianópolis. Sócio de uma livraria instalada no Centro da Capital, Florianópolis, teve a livraria invadida pelo Exército e todos os livros queimados em praça pública nos primeiros dias do Golpe de 64.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (disponível em <http://www.lucianecarminatti.com.br/index.php/noticias/345-comissao-da-verdade-comeca-a-ouvir-depoimentos-de-ex-presos-politicos>) declarou não saber até hoje porque foi preso, já que nunca foi filiado a nenhum partido político. Seu sócio na livraria e sua esposa, sim, eram filiados ao PCB. Dias após sua prisão, sua esposa, a professora e escritora Eglê Malheiros, também foi presa.



Foto: Lucas Diz/Agência ALESC

4 - Sérgio da Costa Ramos

Escritor e jornalista florianopolitano, atualmente é colunista no jornal Diário Catarinense. Era funcionário do Governo do Estado de Santa Catarina (1966), estudante de Direito, e editorialista do Jornal "O Estado" quando respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM). Foi preso e ficou detido durante 6 meses, em 1969. Primeiro no Quartel da Polícia Militar – PM de Santa Catarina, seguindo para a Cadeia de Biguaçu/SC, e finalmente foi removido para Penitenciária Estadual de Florianópolis. Seu "crime" foi escrever as crônicas "Seu Arthur e eu na calada da noite" - que abordava um fictício passeio noturno em Florianópolis com o então Marechal

Reprodução: Blog do Tarnowsky



presidente Arthur da Costa e Silva - e "Por que morre Edson Luiz", um protesto contra o assassinato do estudante no Rio de Janeiro.

Segundo dados da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em virtude de suas publicações, foi levado à Delegacia para prestar depoimento no dia 21 de dezembro de 1968, sendo expedido mandado de prisão em 29 de janeiro de 1969. Respondeu ao IPM em 1969, por prática de atividade subversiva. Foi absolvido em 1972 pelo Superior Tribunal Militar.

No período de 1968 a 1969, não percebeu remuneração do Jornal "O Estado", pois constava do "index informal" daqueles que não poderiam ser contratados.

Em 1975, foi designado para exercer o cargo de Consultor Jurídico, mas foi cancelada sua designação logo depois. Afirma que em seguida fora colocado à disposição do Banco de Desenvolvimento do Estado, o que representou uma "demissão branca". Durante o período em que ficou na prisão, teve seus salários estornados ao Tesouro do Estado, por determinação do governador Ivo Silveira. Foi preterido em vários momentos às promoções e aumentos salariais.

5 - Sérgio Luiz de Castro Bonson

Nascido em Florianópolis, em 1949, e graduado em História, Bonson fez de seus traços

uma marca nos 35 anos de sua atuação no Jornalismo. Começou como cartunista no extinto jornal O Estado, em 1970, trabalhando depois em outros periódicos como o Jornal de Santa Catarina, Diário Catarinense e Folha de São Paulo, entre outros. Faleceu em dezembro de 2005, quando dedicava-se à pintura.

Nos anos 70, em função do uso do humor como instrumento de crítica política e resistência à ditadura militar, foi demitido do Instituto Estadual de Educação, onde lecionava a disciplina de História, por pressões das autoridades do Governo do Estado.



Bonson, homenageado com os traços de Clovis Medeiros e Frank Maia

Comissão de Anistia registra dados também sobre Derengovski e Pimentel

O relatório entregue pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, à Comissão da Verdade dos Jornalistas de Santa Catarina em 28 de outubro de 2014, além de dados sobre Sérgio da Costa Ramos, acrescentou a este relatório informações sobre dois jornalistas catarinenses que não haviam sido identificadas em nenhuma das fontes pesquisadas anteriormente: Paulo Ramos Derengovski e Lauro Pimentel. Reproduzimos, a seguir, as informações contidas no referido relatório.

Paulo Ramos Derengovski

Foi militante do movimento estudantil (União Nacional dos Estudantes - UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES e Centro Popular de Cultura). No entanto, não conseguiu completar sua formação universitária. Em 1965, foi alvo de um Inquérito Policial Militar por sua participação na UNE e UBES.

Reprodução: uol.com.br



Como repórter e militante da UNE, foi a Cuba participar da 2ª Declaração de Havana e teve seu artigo vetado para publicação no jornal "Novos Rumos". O jornal era citado como instrumento do "comunismo no Brasil", conforme o IPM 709, um dos que mais atingiram a imprensa e os jornalistas. Foi também acusado de participação subversiva, tendo sido arrolado no IPM 709 da "imprensa comunista" e no IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

Foi demitido da Folha de São Paulo em dezembro de 1968, após uma entrevista realizada com o General Affonso de Albuquerque Lima intitulada "O AI-5 foi para realizar as reformas de base". Em 1969, foi demitido da empresa Folha da Manhã, onde era subsecretário de redação, com justificativa de sua participação no IPM 709. Em 1970, trabalhava na revista Manchete, da empresa Bloch Editores, quando novamente foi demitido por pressão de órgãos de informações e a partir do AI-5, que instituiu a censura.

Para negar admissão de "comunistas", os empregadores se respaldavam no art. 48 do Decreto-Lei 314, de 1967, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

Após ter realizado viagem à China, não pode retornar ao país, ficando exilado durante um ano em Paris. Ao regressar ao Brasil, continuou a publicar artigos, mas sem vínculo empregatício. Relata que além de não poder exercer sua profissão e ser perseguido, foi atingido psicologicamente. Teve que deixar o Rio de Janeiro e foi viver em Santa Catarina. Em 1985

volta a trabalhar como *free lancer* nos jornais O Estado e Jornal do Comércio.

O perseguido anexou declarações da Secretaria Geral da Presidência da República que apontam seu monitoramento até 1990. Significa dizer que mesmo em tempos democráticos o jornalista ainda tinha seus artigos monitorados em jornais de grande circulação.

Lauro Pimentel

Atuou como jornalista, redator e publicitário. Fazia parte do "Grupo dos Onze" e foi Presidente de Honra do Diretório Distrital do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Trabalhou no Diário de Notícias do Rio Grande do Sul e era editor em suplementos do Diário de Notícias do Rio Grande do Sul e dos suplementos nacionais dos Diários e Emissoras Associados, veiculados em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná. Foi demitido em 1965.

Em 1964, foi denunciado em IPM instaurado pelo Comandante do 3º Batalhão Rodoviário do Exército, com a finalidade de apurar ações subversivas e contra-revolucionárias praticadas em municípios do Rio Grande do Sul. Em maio do mesmo ano foi preso no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha, permanecendo em cárcere privado e incomunicável durante oito dias.

Em 1965, O Ministério Público Militar ofereceu denúncia contra o jornalista por sua participação no Grupo dos Onze, sendo cadastrado nos órgãos de segurança pública como subversivo e opositor ao regime militar. O jornalista ficou afastado de suas atividades remuneradas e impedido de exercer sua atividade profissional por 20 anos.

No ano de 2000, renunciou a candidatura a Prefeito de Florianópolis em favor do candidato único da coligação da qual seu partido participava.

Arquivo da Comissão de Anistia



Marcílio Krieger, o “Maurício sequestrador”

Reprodução: Jornal da Arquidiocese de Florianópolis

O caso de Marcílio Krieger é um dos mais emblemáticos de Santa Catarina. Natural de Brusque (SC) e formado em Direito (1964) pela UFSC, presidiu a União Catarinense dos Estudantes nos anos de 1961 e 1962, quando também produzia comentários radiofônicos e artigos para jornais. Foi preso e torturado em São Paulo, em junho de 1968, ficando quase 3 meses na prisão, por sua militância na Ação Popular. Em dezembro de 1969 exilou-se, vivendo no Chile, Peru e Portugal. Retornou ao Brasil em 1979, sendo um dos primeiros beneficiados com a Lei de Anistia. Atuou no jornal o Estado e TV Barriga Verde, com rápida passagem como professor do curso de Jornalismo da UFSC, no início dos anos de 1980. Exerceu a advocacia trabalhista e depois se dedicou ao direito desportivo, no qual se tornou uma referência nacional, inclusive na criação do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).



Capa do livro Memória Viva

Em entrevista concedida em agosto de 2009 ao Memorial dos Direitos Humanos e publicada no livro “**Memória Viva**” (disponível em www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria_viva.pdf), Marcílio recupera, nas 27 páginas dedicadas ao seu relato, situações que vivenciou, como sua fuga e de mais 4 estudantes - por uma passagem secreta - quando o prédio da UNE, no RJ, foi incendiado.

O uso de seu passaporte pelo ex-deputado estadual e desaparecido político Paulo Stuart Wright em diversas viagens gerou a divulgação, por agentes da ditadura, da falsa informação de que um tal de “Maurício” era sequestrador de avião, argumento utilizado para buscar identificar seu paradeiro para posterior prisão.

No depoimento Marcílio sustenta, também, que a anistia de Leonel Brizola foi baseada em ação do seu advogado, Sobral Filho, junto ao Supremo Tribunal Federal. “Posteriormente, com a Lei da Anistia, o Sobral defendeu a minha liberação no Supremo Tribunal Federal, e veja como acontecem coisas engraçadas na História, graças ao voto de anistia ser dado a mim, é que o

Brizola conseguiu também pelo mesmo motivo”, relatou Marcílio Krieger, que faleceu em 2010.



Osmar Schlindwein foi impedido de assumir a presidência do SJSC

Eleito em 1975 para presidir o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Osmar Schlindwein foi comunicado pelo representante regional do Ministério do Trabalho, 24 horas antes da posse, de que não poderia assumir o cargo. Motivo: estava “fichado” nos arquivos dos órgãos militares. Em seu lugar assumiu o jornalista Moacir Pereira.

Com uma trajetória marcada principalmente pelo exercício de funções administrativas e de direção em veículos de comunicação, Osmar Schlindwein atuou por longo período no jornal O Estado e, após sua extinção, trabalhou no Jornal de Santa Catarina, A Notícia e dirigiu a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina IOESC).

Na época o jornal O Estado era muito visado e a censura era constante. Convocado a depor por autoridades militares, ficou apreensivo e consultou o advogado Carlos Alberto Silveira Lenzi, que o orientou a comparecer e colocou-se à disposição caso precisasse.

“Como nunca tive nenhum vínculo partidário, compareci numa boa. Me fizeram um monte de perguntas e depois me liberaram”, conta Osmar em depoimento a membros da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC. Mais tarde, foi eleito para presidir o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. Um dia antes de assumir, foi colhido de surpresa: “A cidade era pequena e todo mundo se conhecia, daí, o representante do Ministério do Trabalho, que era meu amigo, me chamou e disse: olha Osmar, recebi ordens dos militares e tu não poderás assumir”. Só naquele

Reprodução: Blog De Olho na Capital



momento ele soube que estava fichado por conta do depoimento dado anteriormente.

“Informei meus colegas de diretoria, daí foi uma correria, todo mundo ficou com medo, o vice não quis assumir, o secretário também não, Daí o Moacir Pereira segurou a peteca”, lembra.

O “fichamento” sem qualquer motivo pelos órgãos da ditadura rendeu ao pacato cidadão brusquense radicado em Florianópolis outros percalços posteriormente. Algumas oportunidades de trabalho lhe foram negadas. “Uma delas foi quando fui sondado e depois vetado para assumir um cargo na antiga Caixa Econômica Estadual”, completa.

Ex- diretor do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Santa Catarina, hoje Osmar tem um escritório de representação de diversos jornais catarinenses na capital, Florianópolis.

A resistência e luta de Silvio Rangel com sua Gazeta do Vale

Silvio Rangel de Figueiredo tinha 17 anos quando eclodiu o Golpe Militar de 64. Seguidor do movimento de resistência iniciado por Leonel Brizola, para além dos comentários e textos veiculados em rádios e jornais gaúchos, por influência de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC), participou de diversos comícios e atos de protesto contra a ditadura.

Numa ocasião, em Caxias do Sul (RS), foi preso e transferido para um quartel em Porto Alegre, onde foi

detido e submetido a interrogatórios e tortura por uma semana. Em relato à Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC, disse acreditar que as torturas não tiveram continuidade por nunca ter respondido a duas perguntas que lhe eram feitas constantemente: se era padre e qual o seu grau de parentesco com o general João Batista Figueiredo. E foi por influência da igreja que foi libertado, ficando 3 anos na clandestinidade, vivendo em cidades próximas às fronteiras do Brasil com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia para conseguir escapar rapidamente de possíveis perseguições. Influenciado por parentes e membros da igreja, radicou-se em Santa Catarina, na cidade de Gaspar, ficando 2 anos em absoluto silêncio, quando se dedicou à fundação da Biblioteca Pública local.

Mais tarde fundou o semanário *Gazeta do Vale* e constantemente envolvia-se em polêmicas por sua produção jornalística crítica à ditadura. Conta que, em certa ocasião, teve a impressão de uma edição de seu jornal interrompida na gráfica do Jornal de Santa Catarina, em Blumenau, por ordem vinda de Florianópolis. O motivo do empastelamento do jornal foi a manchete “Filho do Governador Bornhausen tem tratamento VIP”, que se referia a boa vida de um dos filhos do então governador catarinense nos Estados Unidos.

A *Gazeta do Vale* foi, segundo Silvio Rangel, o primeiro impresso catarinense a denunciar que autoridades brasileiras, inclusive o Governador Jorge Bornhausen (nomeado pelo governo militar), tinham 14 bilhões de dólares em contas na Suíça.

Reprodução: arquivo pessoal/Silvio Rangel



Por conta da matéria “Escândalo envolve governador Jorge Bornhausen”, o governador o processou com base na Lei de Segurança Nacional e Silvio foi submetido a interrogatório e julgamento no Tribunal da 5ª Auditoria Militar do Paraná, em Curitiba.

A denúncia das contas na Suíça, que envolveu posteriormente os jornalistas Nelson Rolim de Moura, Sérgio Rubim e Jurandir Camargo, ganhou notoriedade nacional e a defesa dos profissionais, feita pelos advogados catarinenses Nelson Wedekin e Roberto Motta, ganhou o reforço de renomados advogados brasileiros, como Idibal Pivetta, Luiz Eduardo Greenhaug e José Carlos Dias.

Após 11 horas de julgamento, o Tribunal se deu por incompetente para julgar a matéria e Bornhausen recorreu ao Superior Tribunal Militar, que sustentou posição em contrário, levando os réus a recorrerem ao Supremo Tribunal Federal. “O processo se arrastou e fomos beneficiados com a extinção da ação porque o Congresso Nacional derrubou alguns artigos da Lei de Segurança Nacional, dentre eles aqueles nos quais nós havíamos sido enquadrados”, lembra Silvio Rangel.

A perseguição física e política, no entanto, não parou. Agentes do governo atuaram junto aos anunciantes do jornal *Gazeta do Vale*, a tal ponto que, inviabilizado financeiramente, o semanário parou de circular.

Afinal, o alternativo que marcou época

Nos anos de 1980 e 1981 o jornal alternativo “Afinal” balançou com a imprensa e a sociedade catarinense. Fundado pelos jornalistas Nelson Rolim de Moura, Sérgio Rubim e Jurandir Camargo, recebeu, em seguida o reforço de Ney Vidal, Eloy Gallotti, Flávio Carvalho, Rivaldo Souza e de outros profissionais que ficavam no anonimato para evitar possíveis retaliações. “O Afinal foi criado após um programa de demissão em massa patrocinado pelo então governador Jorge Bornhausen nas redações do jornal O Estado. O clima já vinha pesado desde a Novembrada quando tivemos todos os textos censurados no jornal”, conta Sérgio Rubim no seu “Blog do Canga”.

Proibido de circular nas bancas, o jornal era vendido de mão em mão, em dois pontos estratégicos do centro de Florianópolis, na frente do “Ponto Chic” e na esquina da Rua Felipe Schmidt com a igreja São Francisco. Os próprios editores e repórteres se encarregavam da tarefa, sempre bradando as principais manchetes denunciando a corrupção no governo e as agruras da ditadura.

Rubim, Camargo e Rolim foram processados na Lei de Segurança Nacional (LSN) pelo então governador Jorge Bornhausen por publicarem a matéria “A Suíça é um barato” com a lista das autoridades brasileiras que tinham contas bancárias na Suíça. Em seu blog, Sérgio Rubim “entrega” a fonte: “A lista com os nomes de brasileiros nos foi entregue na Praça XV por um integrante da oficialidade jovem do exército descontente com a corrupção dos políticos e militares do golpe de 64”.

Já informados de que em julgamento similar jornalistas do jornal Hora do Povo haviam sido julgados e presos, Rubim e Camargo, aproveitando-se do adiamento do julgamento de seu processo na Auditoria da 5ª RM, exilaram-se

Reprodução: Cangablog



Reprodução: Cangablog



Jura, Nelson e Canga, fundadores do Afinal

no Uruguai, só retornando ao Brasil 3 anos depois, beneficiando-se da decisão do Congresso Nacional que extinguiu artigos da LSN.

Referências aos jornalistas do Gazeta do Vale e Afinal foram identificadas em pesquisas sobre arquivos da ditadura e estão disponíveis em <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2011/05/arquivopf-foz-docxxx.pdf>> e em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/DSI%20Avulsos%20final%2020%20ago.pdf>>.

Não à impunidade! É preciso fazer justiça

Assim como em todo o Brasil, o período ditatorial militar deixou marcas profundas na sociedade catarinense. As cassações de mandatos parlamentares, prisões, torturas - físicas e psicológicas - e desaparecimentos foram os atos mais cruéis e visíveis de um processo que incluiu perseguições e cerceamento das liberdades democráticas.

Lideranças políticas, estudantes, intelectuais, dirigentes sindicais e populares foram os mais visados. Mas esta brutalidade atingiu, direta ou indiretamente, toda uma sociedade, que foi silenciada sob o império do medo. Em verdade, mais do que a interrupção de projetos de vida, os atos de exceção interromperam um projeto de país, com consequências sentidas até os dias atuais.

E não foi diferente entre os jornalistas que atuavam ou ainda atuam no Jornalismo catarinense. Outros profissionais procurados pela Comissão da Verdade dos Jornalistas de Santa Catarina relataram casos de censura e mesmo de colaboração de proprietários de veículos de imprensa de Santa Catarina com os órgãos da repressão. Preferiram, entretanto, manter-se no anonimato e não apresentar provas e/ou depoimentos formais,

razão pela qual tais casos não foram citados neste relatório.

Certamente os casos aqui registrados compõem uma parte de uma história que merece ser revisitada e mais profundamente investigada. Neste momento em que se desenvolve a chamada “Justiça de Transição”, é necessário que se registre que o processo de investigação estabelecido agora ocorre numa situação em que muitas das vítimas diretas da repressão já faleceram, como também alguns de seus algozes. Outros agentes do Estado que praticaram atos abomináveis, no entanto, beneficiaram-se com o passar do tempo e prosseguem premiados com a impunidade pelos crimes que cometeram.

As vítimas da ditadura merecem, sim, reparação e respeito à sua memória. E é preciso identificar os autores dos crimes de lesa humanidade e colocá-los no rol dos culpados, como também é imprescindível a aprovação de projetos de lei visando a alteração da Lei da Anistia e a judicialização dos agentes de Estado que praticaram graves violações aos direitos humanos, sob pena do Brasil não se reencontrar com sua verdadeira história e não fazer justiça.

Os Anexos I, II, III e IV deste Relatório estão à disposição na sede do SJSC. Os interessados em obter cópias devem solicitá-las por meio do fone (48) 32282500 ou do e-mail [diretoria @sjsc.org.br](mailto:diretoria@sjsc.org.br).